

O GRITO

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DE SANTA CATARINA - Nº 12 - Outubro - 2007 - ANO II

V Congresso decide reduzir mensalidade sindical



No V Congresso do Sintrajusc, realizado em Itá, os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina decidiram implantar políticas efetivas de proteção à saúde da categoria. Oficinas mensais serão realizadas para discutir o assunto a partir deste mês. Para isso, porém, o Sintrajusc precisa da participação integral dos trabalhadores do Judiciário Federal. Só com a consciência de que é preciso apoiar esta iniciativa do sindicato poderemos dar conta deste que é um dos principais problemas da categoria. Outro assunto definido no V Congrejusc foi a redução da mensalidade sindical, aprovada pelos servidores, e que vale a partir do ano que vem. Você acompanha a cobertura do V Congrejusc, com as principais decisões, nesta edição de **O Grito**.

Servidores aprovam prestação de contas do Sintrajusc



Os delegados presentes ao V Congrejusc aprovaram por ampla maioria a prestação de contas do Sindicato. Alguns esclarecimentos dos servidores serão providenciados pela diretoria do Sintrajusc. As atas dos balancetes referentes ao período de janeiro a dezembro de 2006 estão publicadas nesta edição.

Página 7

Servidores rejeitam privatizações

Página 3

Avança regulamentação do PCS

Página 3

Vem aí o Congresso Estatuinte

Centrais

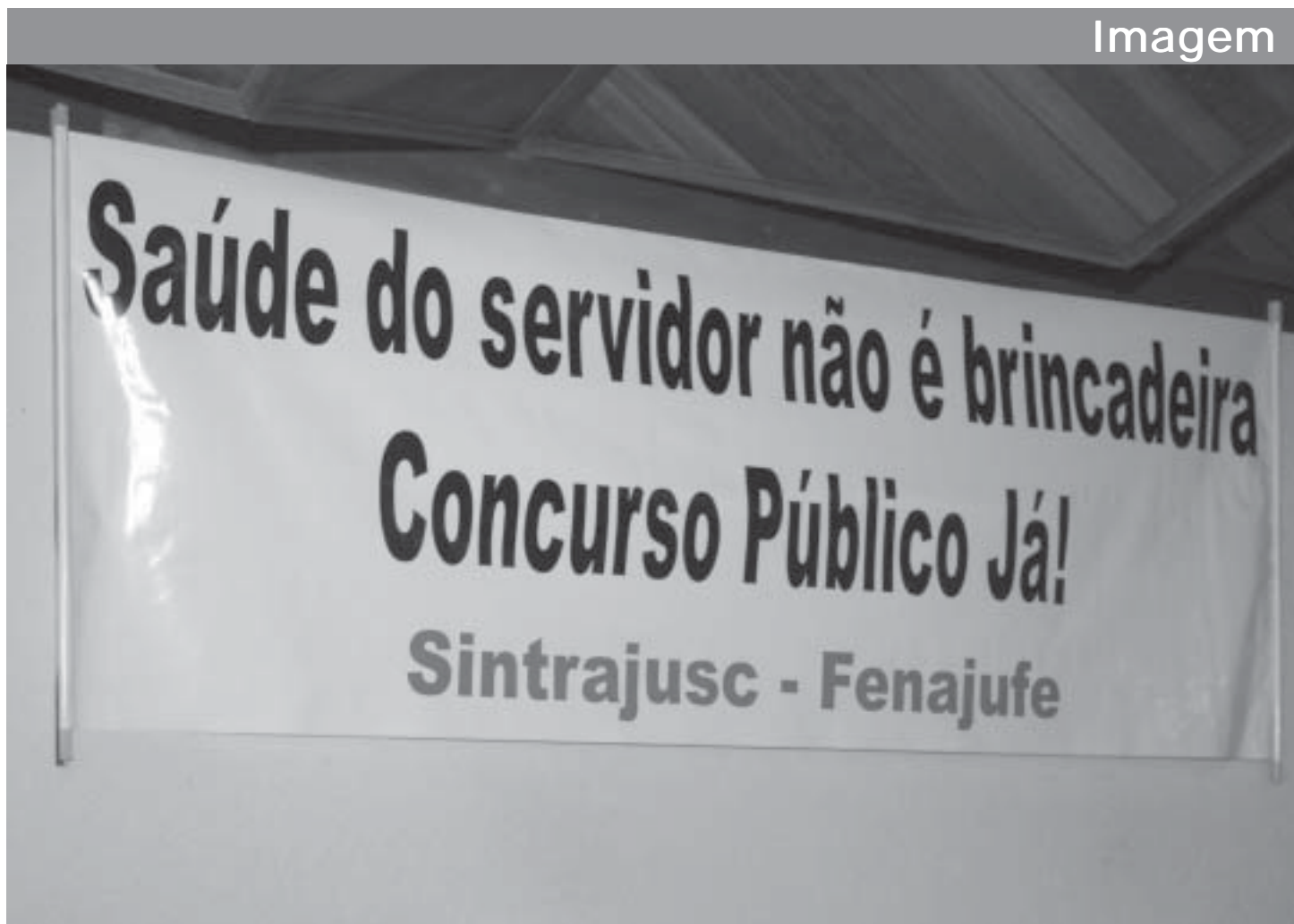
Saúde do servidor

O Sintrajusc pretende definir uma nova forma de atuação junto à categoria neste segundo semestre. Ações mais incisivas na área da saúde do servidor passarão a se somar a uma procura pela ampliação da base de filiados. Campanha será lançada em breve neste sentido. Aumentar o número de filiados é a principal forma de fortalecer a base do sindicato. Só assim poderemos levar adiante as políticas, definidas pela própria categoria, de combate às doenças do trabalho que atingem os trabalhadores do Judiciário Federal, entre outras medidas definidas durante o V Congrejus.

Esta edição do jornal **O Grito** traz as principais deliberações da categoria durante o V Congresso, realizado em Itá. Publicamos também um resumo da palestra do professor Herval Pina Ribeiro, especialista em saúde do trabalhador, na principal intervenção durante o V Congresso do Sintrajusc. O professor Herval aponta alguns caminhos para darmos conta de nossos graves problemas de saúde. Outros terão de ser apontados pela própria categoria, em seminários regionalizados que a coordenação do Sintrajusc passa a realizar a partir deste mês.

Outra questão que mobilizou os delegados presentes ao V Congrejus foi a prestação de contas do Sindicato, aprovada pela ampla maioria dos servidores. Balanço das contas do Sintrajusc está publicado nesta edição. A íntegra dos balanços pode ser conferida na página do Sindicato.

Por fim, também publicamos nesta edição as últimas medidas referentes ao PCS-3, com quadro que explica o que já foi regulamentado pelas Administrações dos Tribunais, nos diferentes âmbitos do Judiciário Federal em todo o País. Como todos sabemos, a regulamentação do PCS-3 segue ritmos diferentes, conforme as Administrações. Mas o Sintrajusc e a Fenajufe, ao lado de outros sindicatos da base da Federação, estão alertas e cobrando freqüentemente os Tribunais para que a regulamentação do PCS-3 finalmente chegue a termo.



SOLTANDO
O VERBO

Este é um espaço destinado às manifestações da categoria. Envie sua colaboração

Ações planejadas e permanentes

No ano do seu décimo aniversário, o Sintrajusc realizou o V congresso da categoria, na cidade de Itá, na região Oeste do estado, onde debateu temas polêmicos e atuais que envolvem a categoria.

O tema do Congresso, voltado para a saúde do trabalhador, no momento, a questão mais emergencial a ser enfrentada pela categoria, foi brilhantemente abordado pelo doutor Herval Pina Ribeiro, professor e pesquisador na área de saúde do trabalhador. O professor abordou o adoecimento pelo trabalho de um ponto de vista de classe: "A forma de adoecer sempre esteve ligada ao trabalho, desde o início em que o homem construiu a sua comunidade". Ao dizer que os trabalhadores do Judiciário Federal estão adoecendo por causa do trabalho, ele vai mais além, ao propor para o Sindicato e para categoria ações planejadas e permanentes. Processo já iniciado pelo Sindicato, primeiro, com as oficinas de saúde para a direto-

ria, depois, em todas as regiões no estado, com a categoria.

A mensalidade sindical foi outro tema polêmico. Ao final, a categoria considerou-se contemplada, aprovando a proposta de redução em duas etapas – janeiro e julho de 2008. A aprovação das contas do Sindicato, outro ponto importante do Congresso, é apresentada nesta edição do nosso jornal. E a constatação de que ainda não temos acumulado um debate sobre carreira aponta para a necessidade de realização de seminários, visando a elaborar as diretrizes dentro do que queremos sobre carreira.

No ponto de reforma do Estatuto, os delegados do V Congrejus chegaram ao consenso de que haveria a necessidade de se convocar um Congresso Extraordinário Estatuinte. A diretoria definiu os dias 15, 16 e 17 de novembro para o congresso, na sede de praia do Campeche. O Congresso Estatuinte debaterá e deliberará

alterações estatutárias sobre os pontos levantados no congresso ordinário: adequar a redação para contemplar a redução da mensalidade sindical aprovada no congresso de Itá, a existência orgânica dos núcleos de Aposentados, Agentes de Segurança e Oficiais de Justiça, a ampliação do número de diretores, o regimento eleitoral, a proporcionalidade para a composição da diretoria e a correção dos erros materiais existentes no Estatuto do Sindicato. Para o Congresso Estatuinte, são delegados natos todos os servidores que foram delegados ao V Congrejus, em Itá. Fiquem atentos à pauta do Congresso Estatuinte, confirmem suas presenças no congresso e compareçam. Na ocasião, serão inauguradas as novas dependências da nossa sede de praia.

Robak Barros
Coordenador-Geral
Sintrajusc

EXPEDIENTE

O jornal **O Grito** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina. Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC). Fone/Fax: (48) 222-4668. Site: www.sintrajusc.org.br E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br. **Diretoria:** COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koinski; Denise M.S. Zavarize COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado) COORDENADORIA DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamigo COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanús Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski **Jornalista Responsável:** Amílcar Oliveira (SC00462JP) **Diagramação:** CM Comunicação **Fotos:** Bortoncelli Fotografias Ltda. ME **Logomarca do Sintrajusc:** Paulo Laitano **Impressão:** Diário Catarinense **Tiragem:** 3.500 - As matérias e artigos assinados são de responsabilidade dos autores. Colabore com nosso jornal. Escreva para: imprensa@sintrajusc.org.br. (Os artigos enviados não poderão exceder 3.500 caracteres e serão publicados na coluna *Soltando o Verbo*. Receberemos os artigos, que serão publicados por ordem de chegada, até o dia 15 de cada mês).

Avança nos Tribunais a regulamentação do PCS

Já se encaminha para a etapa final o processo de regulamentação dos últimos pontos do PCS ainda em aberto. Com a publicação da Portaria Conjunta número 1, pelos Tribunais Superiores, em março deste ano, ficou definido que os Tribunais Regionais regulamentariam, a partir das disposições fixadas na Portaria, os pontos em aberto do PCS. De lá para cá, muita negociação envolvendo os sindicatos e as Administrações dos Tribunais Regionais têm sido feitas.

Os sindicatos cobram a regulamentação nos Estados, e têm enfrentado quase sempre a mesma dificuldade, nos pontos mais conflitantes: falta de dinheiro, por parte das Administrações. Em Santa Catarina, a situação se repete.

Na Justiça Eleitoral, já estão regulamentados o Adicional de Qualificação, Desenvolvimento na Carreira, Ingresso e Enquadramento e Capacitação. Falta ainda a remoção, um dos pontos que mais interessa aos servidores desse ramo do Judiciário

Tribunal	TSE	STJ-CJF	TST-CSJT	STF	STM
AQ	Resolução			Portaria Conjunta nº 1 de 7/3/2007	
GAE				Portaria Conjunta nº 1 de 7/3/2007	
GAS				Portaria Conjunta nº 1 de 7/3/2007	
Desenvolvimento na Carreira	Resolução nº 22.582 de 30/8/2007			Portaria Conjunta nº 1 de 7/3/2007	
Ingresso e Enquadramento	Resolução nº 22.581 de 30/8/2007		Resolução nº 568 de 4/9/2007	Portaria Conjunta nº 3 de 31/5/2007	
Critérios para Ocupação de Fcs e CJs			Resolução nº 569 de 4/9/2007	Portaria Conjunta nº 3 de 31/5/2007	
Remoção			Ato conjunto nº 20 de 6/9/2007	Portaria Conjunta nº 3 de 31/5/2007	
Capacitação	Resolução nº 22.572 de 30/8/2007			Portaria Conjunta nº 3 de 31/5/2007	

Federal no estado. Na Justiça Federal, foram definidos apenas Ingresso e Enquadramento e os Critérios para Ocupação de FCs e CJs.

A remoção foi definida pelo CJF no final de agosto, mas apenas para o 1º Grau. O processo referente à remoção no 2º Grau ficou para ser apreciado depois, por problemas devido a três erros materiais em sua

redação. Outro processo de interesse dos servidores aprovado na sessão do CJF foi o que criou o Programa Nacional de Capacitação para os servidores da Justiça Federal. Além do programa, a resolução também instituiu o regimento interno que definirá os critérios da capacitação. A última decisão foi a publicação do ato conjunto do TST/CSJT no Diário da Justiça do

dia 12 de setembro regulamentando a remoção. A íntegra do documento está na página do Sintrajusc, no link PCS, bem como as principais novidades da regulamentação em todos os Tribunais.

Nesta edição de O Grito, apresentamos um quadro com o andamento da regulamentação na Justiça do Trabalho, na Federal e na Eleitoral.

Plebiscito Nacional: servidores rejeitam reformas e privatizações

O Sintrajusc concluiu no dia 12/09, a apuração dos votos dos servidores do Judiciário Federal no plebiscito nacional realizado entre 1º e 7 de setembro. No total, votaram 332 servidores de todo o Estado, com 1.328 respostas para as quatro questões propostas, uma expressiva participação da categoria, que compreendeu os graves momentos porque passa o País, com a possibilidade de continuação da entrega do patrimônio dos brasileiros ao capital internacional. A ampla maioria votou pela defesa do patrimônio dos brasileiros.

Os servidores mostraram que querem a anulação da privatização da Vale do Rio Doce, um patrimônio de R\$ 100 bi vendido por R\$ 3 bi durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mostraram também que não desejam continuar priorizando o pagamento das dívidas externa e interna, que sangram o País, em detrimento de investimentos em educação e saúde, entre outras prioridades. Também não concor-

dam com a exploração da energia elétrica pelo capital privado, outro crime contra a população brasileira. E, por fim, rejeitaram a Reforma da Previdência como instrumento para a retirada de direitos dos trabalhadores. O Sintrajusc encaminhou as quatro perguntas para os servidores responderem. Havia também a possibilidade de apenas uma questão ser respondida, no caso, a referente à anulação da privatização da Vale do Rio Doce. Durante a Semana da Pátria, urnas foram levadas aos Tribunais na Capital, enquanto cédulas foram remetidas para os locais de trabalho no interior.

Os servidores responderam positivamente à iniciativa. O resultado já foi encaminhado para o Comitê Estadual encarregado de coletar os votos e remetê-los para o Comitê Nacional, que organizou o plebiscito. O resultado nacional será conhecido em breve. Assim que o Sintrajusc obtiver os números finais, divulgará para a categoria, em seus materiais informativos.



Plebiscito Popular Nacional pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce

1- Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

258 NÃO 63 SIM

2- O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

268 NÃO 43 SIM

3- Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?

294 NÃO 41 SIM

4- Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

286 NÃO 23 SIM

V Congresso aprova redução metas para política o

O V Congresso do Sintrajusc, realizado em Itá, pretende ser uma referência para vários temas importantes para os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina, principalmente os relativos à saúde dos servidores e à mensalidade sindical. A diretoria do Sindicato pretende, a partir do V Congresso, implantar políticas efetivas de proteção à saúde dos servidores. Para isso, porém, necessita que os trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina tenham consciência de que é preciso cerrar fileiras em torno do sindicato. É onde entra a redução da mensalidade sindical, aprovada pelos servidores presentes ao V Congresso.

Os servidores decidiram reduzir a mensalidade sindical a partir do ano que vem. Pela proposta, a partir de janeiro de 2008, a mensalidade será de 1%, sem considerar o valor da Previdência. A partir de julho de 2008, será de 1%, sem considerar os valores da Previdência e do IRPF. A proposta levada para a discussão previa redução percentual associada ao

aumento do número de filiações, mas foi substituída pela descrita acima. Antes do congresso, vários servidores se manifestaram sobre o assunto, via e-mail, apresentando sugestões para subsidiar o debate dos participantes do V Congrejus. As sugestões foram levadas em consideração, durante as discussões.

O valor da mensalidade é um dos argumentos utilizados por vários servidores para não se filiar ao Sindicato. O Congresso foi sensível a essa argumentação, reduzindo o valor. Cabe agora à categoria incorporar-se à luta, que não é apenas dos filiados, já que os benefícios conquistados pelo Sindicato abrangem todos os servidores, filiados ou não. É, então, um compromisso moral de todos os servidores fortalecer a entidade, filiando-se e contribuindo, não só com o pagamento das mensalidades, única fonte de arrecadação da entidade, mas com a participação efetiva nas lutas encaminhadas pelo Sindicato e que beneficiam toda a categoria.



Servidores discutiram os rumos da categoria para os próximos anos

Seminários regionalizados discutirão saúde do servidor, considerada prioridade

Junta-se, assim, duas medidas que se complementam. Ao mesmo tempo que se reduz a mensalidade, para garantir o aumento do número de filiados, investe-se em políticas de proteção à saúde, numa tentativa de reverter os números alarmantes de doenças do trabalho que afetam os servidores. Durante o V Congresso, aberto não por acaso com uma palestra do especialista em saúde no trabalho, professor Herval Pina Ribeiro (ver reprodução na última página), ficou claro para os servidores que os riscos inerentes ao trabalho acompanham o próprio desenvolvimento do capitalismo. Cabe aos próprios trabalhadores, porém, continuar a luta que garantiu, entre outras coisas, que as doenças por esforço repetitivo (LERs) fossem consideradas doenças do trabalho, com as conseqüentes medidas de prevenção estabelecidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os resultados da luta ainda precisam avançar, mas já há resulta-

dos concretos em benefício dos trabalhadores.

Várias medidas já estão sendo adotadas pela diretoria do Sintrajusc, em cumprimento às deliberações do V Congresso. A primeira ação, uma oficina envolvendo a diretoria do Sintrajusc, será realizada no dia 20 de outubro, das 9 às 17 horas, no sindicato. A partir dessa primeira, as oficinas serão realizadas mensalmente, estabelecendo a estratégia de ação do Sindicato para diagnosticar os principais problemas de saúde dos servidores e a partir daí traçar a linha de ação para superá-los. As oficinas acontecerão em diversas cidades do Estado, envolvendo o conjunto da categoria.

A intenção, além desse envolvimento, é evitar que apenas uma região seja priorizada pelo sindicato, evitando polêmicas sobre privilégios para este ou aquele servidor, e garantindo a qualidade das discussões e das medidas adotadas após as discussões.

Veja as principais decisões sobre saúde do servidor

Elaborar um projeto de pesquisa e ações permanentes sobre o trabalho e a saúde que já começará a ser feito a partir de setembro.

Programar seminários regionais para a coleta de subsídios junto aos servidores, ser aplicado a todos os servidores no âmbito das três Justças, com a finalidade de discutir a categoria e atuar sobre ela para buscar a solução dos problemas, com ênfase na abertura de novas vagas, preenchidas por concurso público.

Criação de legislação para incluir a depressão como doença típica;

Criação de grupo para discutir as doenças mais recorrentes nos locais de trabalho - fazer estudo preventivo sobre como as pessoas estão se sentindo, fazendo uma pesquisa para poder atuar nesta área;

Trabalho de conscientização e prevenção dos servidores sobre os conceitos de aceitação dos demais servidores com aquele que está doente;

Montar estrutura para a análise dos locais de trabalho, em atividade permanente e planejamento de longo prazo.

Diagnosticar a saúde do poder judiciário;

Provocar medidas para reduzir o tabu quanto a discutir a doença;

Sugerir aos tribunais que desenvolvam mecanismos que permitam a recolha de insatisfeitos no seu local de trabalho.

Empenho do Sindicato para a reformulação do SASER, para que atue somente com relação às doenças oriundas do trabalho, atingindo todos os servidores de proximidade. Por outro lado, que o Tribunal tenha um plano de saúde que atenda todos, sem custo para o trabalhador

o da mensalidade sindical e de saúde do servidor



e aprovaram plano de lutas

isões idor

de no Judiciário Federal de Santa Catarina,

es e elaborar um questionário que deverá de conhecer a realidade sobre a saúde da prevenção.

balho com a avaliação de suas razões; e qual a realidade nos locais de trabalho,

da doença do trabalho para favorecer a

ente, com um órgão técnico que faça um

cação a pedido do trabalhador que está

te de forma preventiva e especificamente do Estado e não apenas os da Capital e a plenamente os servidores e seus depen-

Veja algumas definições do Plano de Lutas*

- Implementar campanha pelo SINTRAJUSC, com solicitação de engajamento da FENAJUFE e da CNESF, pela redução substancial dos cargos em comissão no serviço público;
- Campanha contra a regulamentação do direito de greve;
- Independência e autonomia do Sindicato em relação aos partidos políticos e governos;
- Que a Diretoria do SINTRAJUSC atue no sentido de que as Assembléias possam vir a ocorrer de forma simultânea e regionalizada, inclusive pelo uso de sistema on-line (vídeo-conferência ou similar), proporcionando aos servidores do interior, mesmo os mais distantes, participar das discussões e deliberações, incluindo a possibilidade de apresentação de propostas;
 - A Diretoria do Sindicato deve providenciar para que as respostas às indagações jurídicas dos servidores sejam prestadas em um interregno limitado e para que a estrutura funcional do Sindicato preveja um profissional que atenda especificamente a área do jurídico;
 - Pela isonomia dos benefícios (verbas à saúde e auxílio-alimentação, etc.), tendo como base o maior valor recebido no âmbito de todo o judiciário federal;
 - Reposição anual de perda de remuneração;
 - Buscar apoio, comprometimento e efetiva participação dos servidores aposentados para os movimentos de greve, pois o ataque aos direitos dos servidores ativos ou aposentados interessa a todos e a defesa deve ser conjunta e não isolada.
 - Com a implantação do PCS, as funções comissionadas dos Oficiais de Justiça, substituídas pela gratificação de atividade externa (GAE), deverão ser mantidas na Primeira Instância. Do mesmo modo, que as funções comissionadas vinculadas aos setores de segurança e transporte permaneçam neles quando da implantação do PCS e a sua substituição pela GAS.
 - Criação de cargos na Justiça Eleitoral proporcionalmente ao quantitativo de eleitores por Zona Eleitoral, a fim de tornar totalmente desnecessária a existência de servidores requisitados, primando pelo princípio constitucional do concurso público, bem como pela profissionalização do serviço eleitoral;
 - Possibilitar aos servidores da Justiça Eleitoral acesso pleno aos meios de comunicação eletrônicos (INTERNET, e-mail e outros), a serem implantados institucionalmente pelo TRE.
 - Em defesa da jornada de 30 horas sem redução salarial e com abertura de concursos públicos;
 - Tomar as medidas políticas e jurídicas cabíveis para garantir o cumprimento da lei do PCS-3 quanto ao enquadramento e reenquadramento dos servidores que atendam os requisitos legais e o pagamento das diferenças das remunerações retroativas ao ingresso no Judiciário, com juros e correção monetária.
 - Lutar pela suspensão do pagamento da dívida externa e a realização uma auditoria para que possamos recuperar o dinheiro que foi saqueado dos cofres públicos por todas essas décadas;
 - Lutar pela aplicação dos recursos hoje destinados ao pagamento dessas dívidas em prol das necessidades dos trabalhadores, como saúde, educação pública, moradia, reforma agrária, valorização do salário mínimo, etc;
 - Exigir do governo Lula a imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti, a realização do plebiscito oficial sobre a Alca e a anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce;
 - Lutar pela revogação das leis de Responsabilidade Fiscal, de Falências, de Gestão das Florestas e da DRU, das PPPs, da Reforma da Previdência e demais reformas aprovadas sob o esquema do Mensalão;
 - Reajuste da tabela do IR;
 - Lutar contra a terceira 'reforma' da Previdência e as reformas sindical, trabalhista preparadas para este segundo mandato do governo Lula;
 - Lutar pela incorporação da reivindicação de não pagamento da dívida pública nas próximas campanhas salariais unificadas dos servidores;
 - Impulsionar, de fato, uma ampla mobilização do funcionalismo, de forma unificada, ou seja, com uma plataforma comum de lutas. Para isso, é necessário que conste nessa pauta os seguintes pontos:
 - Recuperação de todas as perdas salariais desde 1995, conforme índice do DIEESE;
 - Piso salarial do DIEESE para todas as categorias;
 - Revogação das Reformas Administrativas que retiraram 56 direitos.
 - Que o SINTRAJUSC apóie a criação do CONAS (Coletivo Nacional de Agentes de Segurança) na FENAJUFE e envie quando possível coordenadores do NAS (Núcleo de Agentes de Segurança) às reuniões previstas em calendário daquele Conselho
 - Que o SINTRAJUSC envie Agentes de Segurança ao Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, realizado anualmente em Brasília, assegurando a participação de um representante de cada ramo do Judiciário Federal (JT, JE e JF).
 - Que o Sintrajusc se comprometa em levar à Fenajufe a discussão sobre a aposentadoria integral por doença;
 - Pela luta contra o PLP 01/07.

* A íntegra do Plano de Lutas aprovado no V Congrejus está na página do Sintrajusc

Plano de Carreira: é preciso retomar a luta

Várias foram as deliberações com relação ao plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal. A começar pela necessidade de insistir na distinção entre Plano de Carreira e Plano de Cargos e Salários. Os participantes do V Congresso mostraram que é preciso retomar a luta pelo Plano de Carreira, principal garantia de valorização e qualificação do servidor público. Neste segundo semestre de 2007, o Sintrajusc pretende organizar Seminários para elaborar um encontro nacional em parceria com a Fenajufe. Além disso, será criado um fórum na página do Sintrajusc na internet sobre o plano de carreira, com divulgação massiva de informações pelos instrumentos do Sindicato, esclarecendo os elementos que devem integrar o Plano de Carreira, como possibilidade de ascensão funcional, isonomia, paridade, equidade, critérios de ocupação de cargos comissionados, sempre por pessoa do quadro, e a volta dos direitos contidos na Lei 8.112/90.

Veja as principais decisões sobre o assunto

Seminários até o segundo semestre de 2007 para preparar um encontro nacional em parceria com a Fenajufe;

Criação de um fórum na página do Sintrajusc na internet para debater plano de carreira;

Divulgação direcionada por apostilas;

Diferenciar Plano de Carreira e Plano de Cargos e Salários/PCS;

Possibilidade de ascensão funcional;

Isonomia, paridade, equidade;

Cargos comissionados ocupados por pessoa do quadro;

Volta dos direitos contidos na Lei 8.112/90.

Fazer um calendário, com seminários regionais no estado e atuar junto à Fenajufe para que realize seminários nacionais com o objetivo de debater e sistematizar documentos sobre diretrizes de plano de carreira, observando os princípios da paridade, da isonomia e da integralidade.

Indicar que a direção do Sintrajusc promova, ainda neste ano de 2007, um seminário sobre plano de carreira com a colaboração de especialistas. Ainda assim, sugerimos que mantenham-se, em qualquer discussão sobre plano de carreira, os princípios básicos de paridade, isonomia e integralidade dos trabalhadores públicos;

Gestionar a regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça de todos os artigos do PCS-3 com a participação da Fenajufe;

Garantir a realização de concursos públicos regularmente para provimento de cargos efetivos, estabelecer critérios objetivos para preenchimento das funções comissionadas, ocupação dos cargos em comissão apenas para servidores efetivos do quadro.

Aposentados têm participação recorde

Este foi o Congresso com a maior participação de aposentados na história do Sintrajusc. Foi lembrado, pela Coordenadora Angela Albino, que a maior conquista para os aposentados e pensionistas do Judiciário é que em todas as negociações de plano de cargos e salários, GAJ e benefícios, o Sindicato e a categoria jamais "rifaram" os aposentados, ou seja, um dos princípios para os servidores do Judiciário

Federal é de jamais abrir mão da paridade. Moção de aplauso foi apresentada ao final, sugerindo mecanismos que garantam uma maior participação deste segmento nas lutas do Sindicato. Os servidores aposentados Manoel Prazeres, coordenador do Sintrajusc, e Vicente Pereira, do Núcleo dos Aposentados do Sindicato (foto ao lado), foram os representantes dos aposentados na moção.



Diminuição da jornada

Os servidores que participaram do V Congrejusc aprovaram a necessidade de lutar pelo reajuste dos benefícios, auxílio-alimentação, auxílio-creche, etc., e equiparação com os maiores valores no âmbito do Judiciário Federal. Esta é também outra luta antiga dos servidores, já que os benefícios sofrem variação diferenciada, conforme o âmbito do Judiciário Federal. Os reajustes equiparados solucionarão este problema.

Em sintonia com a defesa da saúde dos servidores, os participantes do V Congresso aprovaram também o engajamento na luta para garantir a jornada de 30 horas sem redução sa-

larial. Para isso, será fundamental a abertura de concursos públicos, de forma a garantir a efetivação dos turnos de trabalho, sem sobrecarga dos servidores. Assim, ataca-se o problema das doenças do trabalho a partir de medidas em várias frentes: contratação de servidores, diminuição da jornada sem redução de salário e garantia da prestação jurisdicional, sem prejuízo à população.

A luta pela redução da jornada de trabalho já acontece há alguns anos no Judiciário Federal. Em Santa Catarina, o Sintrajusc também discute a questão com os Tribunais.

Vem aí o Congresso Estatuinte

As alterações no Estatuto do Sintrajusc foram remetidas pela plenária do V Congrejusc para o Congresso Estatuinte, que será realizado nos dias 15, 16 e 17 de novembro, na sede do Campeche. São considerados delegados natos todos os delegados eleitos para o V Congresso, participantes ou não. A decisão foi tomada pela diretoria do Sintrajusc, que entendeu que o Congresso Estatuinte é uma continuação do V Congrejusc. Os principais pontos da Reforma Estatutária que serão apreciados durante o Congresso Estatuinte são adequação da redação sobre mensalidade sindical, já

que os participantes do Congresso de Itá decidiram reduzir a mensalidade sindical; a discussão sobre os Núcleos, se passam ou não a integrar a estrutura do sindicato; a proposta de ampliação da composição da diretoria; a adoção do critério da proporcionalidade na composição da diretoria do Sintrajusc; e o Regimento Eleitoral do Sintrajusc.

O Estatuto do Sintrajusc foi aprovado em outubro de 1999 e, sob muitos aspectos, está desatualizado, tem erros de ordem material, além de não prever pontos que deverão ser discutidos durante o Congresso Estatuinte.

Plenária do V Congrejusc aprova prestação de contas

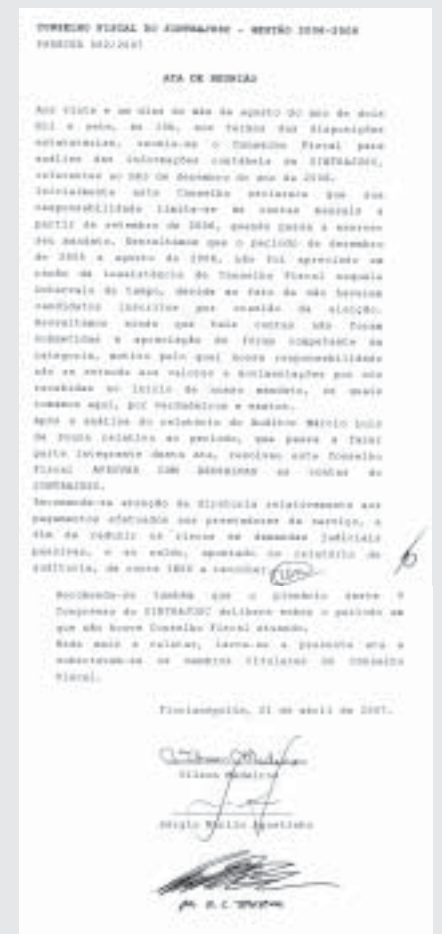
As contas do Sintrajusc foram aprovadas por maioria durante a plenária final do V Congrejusc. Houve apenas um voto contrário e duas abstenções. Durante os debates, a diretoria do Sintrajusc esclareceu as circunstâncias que determinaram a contratação de uma consultoria independente para apreciar as contas da entidade durante o período em que não havia sido eleito o Conselho Fiscal (janeiro a agosto de 2006).

Após esse período, as contas foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, eleito em outubro de 2006. As contas foram aprovadas com ressalva, e sob a recomendação de que haja adequação de alguns procedimentos. O Conselho Fiscal também sugeriu que o plenário do V Congresso do Sintrajusc deliberasse sobre o período em que não houve CF atuando. Vários questionamentos dos presentes foram feitos com relação a gastos do Sintrajusc com festas, principalmente na diferença entre os gastos da

feita de final de ano na Capital e no interior. A diretoria esclareceu que os gastos são proporcionais ao número de participantes e afirmou que publicaria a prestação de contas, o que faz agora, neste **Grito**. Houve servidores que solicitaram a suspensão das festas e a canalização dos recursos para campanhas, greves, etc. A diretoria defendeu a continuidade das confraternizações, já que essa é uma exigência da própria categoria. Houve também reclamações quanto ao ressarcimento dos servidores, pelo Sindicato, com relação aos gastos feitos nas festas nas cidades do interior. A diretoria do Sindicato se comprometeu em fazer um levantamento por nome e lotação de todos os que requereram o ressarcimento, para publicar na página. Abaixo, você confere as atas dos balancetes referentes ao período de janeiro a dezembro de 2006. Os balancetes e demonstrativos financeiros estão disponíveis na página do Sintrajusc.



Balanco das contas pode ser conferido na íntegra na página do Sintrajusc



“O sindicato novo é o sindicato junto à sociedade”



O professor Herval Pina Ribeiro é Doutor em Saúde Pública pela faculdade de Saúde Pública da USP, professor e pesquisador na área de Saúde do Trabalhador do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo, e autor de *O Juiz Sem Toga*, entre outros livros. Durante o V Congrejusc, o professor Herval falou para os servidores sobre saúde do trabalhador. A seguir, você lê os principais trechos da palestra. A íntegra está na página do Sintrajusc.

Primeiramente, quero saudá-los, cumprimentá-los enquanto trabalhadores organizados em um congresso e almejar pleno sucesso nessa atividade de construção de políticas novas no Judiciário Federal. Permitam-me algumas palavras iniciais em relação à questão dos servidores. E eu prefiro usar a expressão “trabalhadores públicos”, ao invés de “servidores públicos”. Servidores são aqueles que servem, são servis, criados, e evidentemente isso tem muito a ver com a forma tardia em que o próprio Estado, premido pela sociedade, assentiu que os servidores públicos têm direito à sindicalização. E isso faz poucos anos, vem de 1988.

É uma indagação que eu gostaria que vocês fizessem: por que a sindicalização dos trabalhadores públicos demorou tanto, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada conseguiram isso em 1930? É só para refletir, porque essa é uma questão crucial, uma vez que somos aproximadamente 6,5 milhões de trabalhadores públicos no Brasil. Tudo o que o Estado faz passa pelo trabalho dos trabalhadores públicos. No entanto, até 1988 não éramos considerados trabalhadores, mas servidores do Estado, para fazer o que o Estado queria. Só que não era o Estado dos sonhos da classe trabalhadora. É um Estado que serve a determinado tipo de sociedade, uma sociedade de classes, em que uma manda e a outra obedece, se tem juízo. E a falta de juízo “às vezes” fez com que, durante o processo republicano, 75 anos tenham sido de ditadura militar, e somente recentemente vivamos uma democracia representativa.

Apesar de atuar na medicina há 50 anos, não vou falar sobre medicina, mas sobre sociologia na área de saúde. Primeiramente, chamo a atenção para o fato de que todos sabemos alguma coisa a respeito do assunto sobre o qual vou falar. O título da palestra: *Os trabalhadores do Judiciário Federal estão adoecendo do trabalho* fala sobre algo que vocês conhecem mais do que eu, por vive-

rem essa realidade. Então, o problema é remeter para a indagação seguinte: E daí? O que nos importa não é fazer diagnósticos, embora eles sejam necessários para alicerçar nosso projeto. O E daí? diz respeito ao fato de termos de conhecer nossa realidade para agir. Essa questão da apropriação do conhecimento é algo que a classe trabalhadora nunca teve porque todo o conhecimento que ela constrói é usurpado pelo capital, que passa a utilizar esse conhecimento, a própria prática dos trabalhadores, com a finalidade de ganho, expropriando o trabalho. O problema é desenvolver uma estratégia para que o conhecimento seja utilizado pela classe trabalhadora dentro de uma perspectiva sua.

Cada sociedade traz inscritas as doenças e mortes definidas nas suas relações sociais. A forma de adoecer e a forma de morrer são prescritas pelas relações sociais. Se pegarmos a classe trabalhadora e olharmos do que ela morre e do que ela vive, perceberemos o corte das relações sociais, por ser ou não ser trabalhador. O trabalhador morre sempre mais cedo do que quem não trabalha. O trabalhador adoece com mais frequência do que quem não trabalha. E não vamos confundir o conceito de trabalho. Ter empresas não é trabalhar. Só trabalha quem vende a força de trabalho. Quem compra força de trabalho não é trabalhador. A não ser que queiramos dizer que o Antônio Ermírio Morais e o Paulo Salim Maluf são trabalhadores. Eles até trabalham, mas o pertencimento de classe é diferente.

A historicidade da morbidez do trabalho mostra que a forma de adoecer sempre esteve ligada ao trabalho. Uma das formas fantásticas que a espécie humana construiu foi sair de sua condição de animalidade para construir a sua humanidade. Há, inclusive, uma contradição quando falamos “vamos humanizar o serviço judiciário”. Não tem que humanizar o trabalho no Judiciário. Tem é que garantir a humanidade de quem faz o trabalho judiciário. E isso implica em salário, condições de trabalho e, sobretudo, relações sociais, que não podem ser estas que existem no Judiciário brasileiro, majestático, de casta. A estrutura do Judiciário é uma das mais atrasadas em termos políticos no País. Como é que se pode conceber que, na massa de recursos financeiros do Judiciário, 50% dos recursos são utilizados para os togados e 50% para pagar os outros 95%? Ainda que haja diferença entre os ramos, a verdade é que a defasagem dos salários é brutal. E não é uma questão de dizer que o juiz ganha muito. Certamente, ganha muito, para tantos que ganham tão pouco. Mas a defasagem entre o início de uma carreira de juiz e o trabalhador melhor remunerado que não é togado, é um escândalo.

Precisamos nos indignar pelas coisas injustas que a Justiça nos obriga a fazer. Imaginem se essa consciência

e essa capacidade de mobilização do trabalhador público florescer, o que pode acontecer com a instituição do Estado. Porque as coisas mudam de fora para dentro mas também têm de mudar de dentro para fora. E por isso o direito à organização dos trabalhadores públicos só aconteceu em 1988, e querem acabar agora, terceirizando tudo, acabando com o serviço público. Quanto menor o Estado, mais policial ele é. E a violência policial sempre cai sobre a classe trabalhadora. Quebrar a coluna vertebral é fundamental para o Estado burguês destruir a classe trabalhadora. E agora é a vez de destruir a possibilidade de organização dos servidores públicos, já que o setor privado foi esmagado pelo estado neoliberal, com a liquidação dos postos de trabalho, flexibilização e a automação, mesmo com esse governo.

Enquanto trabalhadores, temos conhecimentos, experiências e uma saúde que são bens públicos imateriais, que não são compráveis, e que devem ser preservados. Esse conceito de bem público obriga a que as condições de trabalho, incluindo a remuneração, atendam à necessidade do trabalhador, para preservar não somente a sua forma de viver, mas a própria força de trabalho, vista como bem público, já que vários fatores da sociedade contribuíram para a constituição desse bem, com formação, educação, etc. E é isto que permite que o Estado regule o que acontece no mundo do trabalho.

O Estado brasileiro não lida com esse problema. É uma coisa fantástica. O setor privado, ainda que mal, faz alguma coisa. O setor público não tem nenhuma regulação disso. Somos órfãos de uma política pública. E não se pode recomendar o que há no privado para o público. Não tem sentido não haver política de Estado para os trabalhadores que são portadores de um bem que é público. Somos portadores de um bem que é público, porque pertence ao outro, porque é a população que nos paga os salários. Hoje temos uma consciência de classe trabalhadora, que varia de acordo com circunstâncias, que é a única forma de reagir às agressões que sofremos, para proteger, inclusive, nossa saúde.

Como trabalhar então a questão do adoecimento no Judiciário? Trabalhando as relações sociais. A apropriação do conhecimento é um desafio para que os sindicatos desempenhem um papel novo para essas entidades. E aí teremos de trabalhar os limites do sindicalismo. Que sindicalismo hoje é preciso praticar? Que os sindicatos têm de tratar das questões econômicas, têm.

Que os sindicatos não devem se intrometer no assistencialismo, que não lhe cabe, no sentido particular de saúde, não devem. Mas o que é o sindicato novo? O sindicato novo, vivo, é o sindicato junto à sociedade. É um sindicato que tem de ser construído, respeitadas as reivindicações das categorias, dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, construir um processo de identidade com a população que a faça apoiar os movimentos desses trabalhadores.

Esta é uma passagem difícil, até porque, o modelo de sindicalismo vigente nas centrais sindicais e na maioria dos sindicatos é do sindicato de corporação. A atuação social do sindicato é baixa. E a população só toma conhecimento disso através dos prejuízos que pode lhe causar, como, por exemplo, a greve indiscriminada, sem tempo para acabar, sem esclarecimento, uma greve do modelo operário de uma determinada época.

A discussão da Justiça e do Direito tem que ser feita, porque interessa a toda a sociedade. Por isso, é fundamental discutir a natureza do sindicato novo. O sindicato não pode ser um sindicato para si, tem que ser um sindicato com uma sociabilidade transparente. Discutir os grandes problemas que estão acontecendo no mundo. Por outro lado, fazer política não é fazer partidarismo. Nada contra a organização partidária, mas o sindicato social, mesmo enfiado nas lutas da sua categoria, tem de estar em contato direto com as questões lá fora.